



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

06/09/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O grito do 7 de Setembro



Cento e noventa e quatro anos depois da Independência do Brasil, apesar de todos os freios e contrapesos, o país parecia haver dado saltos no campo democrático, mantendo em plena vigência uma Constituição que assegura direitos fundamentais, individuais e coletivos, direitos sociais e políticos.

No entanto, a ascensão do governo golpista Temer, constituído pelas tradicionais elites que sempre se opuseram às conquistas democráticas e populares, traz de volta a ameaça de corte dos direitos sociais, da destruição da Previdência e da entrega em definitivo do que ainda restou de soberania nacional e das telecomunicações brasileiras.

Qual é, nesse momento, o principal ataque às telecomunicações nacionais? O Projeto de Lei nº 3.453/2015, de autoria do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO). O projeto modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (LGT), permitindo à Anatel alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização. Ou seja, revoga o artigo 64 da Lei Geral de Telecomunicações, que tornou obrigatória a prestação da telefonia fixa em regime público, e não coloca a banda larga como serviço a ser universalizado.

Na maior cara de pau, o autor do Projeto afirma: “O PL 3453/2015 pretende reformar o marco regulatório, permitindo que a prestação de serviços de telefonia fixa fossem (sic) autorizados pelo Estado, substituindo o atual modelo de concessão. Dispõe, ainda, que as infraestruturas usadas pelas operadoras, que atualmente são devolvidas à União ao final da vigência da concessão, tenham seus valores revertidos em favor das empresas, com vistas a custear investimento em melhorias na rede, sobretudo na infraestrutura da banda larga”.

Em que momento as empresas investiram, de fato, na melhoria do setor? Quem acredita que a Anatel vai fiscalizar realmente esses investimentos? O que o projeto pretende é fazer uma doação pura e simples de dinheiro público para a iniciativa privada.

O PL chega ao absurdo de, na prática, doar também o espectro de radiofrequências, que é um recurso limitado e um bem público, conforme artigo 157 da LGT. Isso não existe em nenhum lugar do mundo! É realmente a política da terra arrasada. O grave é que o projeto já foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara e está agora na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Depois, irá para o Senado.

Com o apoio entusiasmado do governo golpista, o PL 3435/2015 paga a conta a um dos setores que apoiaram o golpe, o das telecomunicações. Ao fim e ao cabo, a Oi será a mais favorecida uma vez que ela é a maior detentora dos bens reversíveis. Aprovado o projeto, a empresa poderá vender todos esses bens e pagar tranquilamente as suas dívidas.

A sociedade continuará esperando chegar a libertação com o 7 de Setembro ou participará da resistência ao golpe que cada vez mais se aprofunda?

Instituto Telecom, Terça-feira, 6 de setembro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

05/09/2016 - Instituto Telecom

Sem conselho curador não há comunicação pública, diz Ricardo Melo

Assim que retornou à presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na tarde da última sexta-feira (2/9), algumas horas depois de ter sido novamente exonerado, Ricardo Melo recebeu jornalistas da imprensa alternativa, entre os quais o FNDC, para falar dos últimos acontecimentos. Correspondendo à expectativa criada após a malsucedida intervenção na empresa logo após assumir interinamente o governo, em maio, Temer voltou a atacar a EBC menos de 48 horas depois de consolidado o golpe que depôs a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Além de publicar a Medida Provisória 744/2016, que extingue o Conselho Curador da EBC, acaba com o mandato de diretor-presidente, aumenta o número de integrantes do Conselho de Administração (permitindo aos ministros da Educação e da Cultura indicarem representantes) e dá ao presidente da República o poder de nomear ou exonerar os membros da diretoria-executiva (originalmente, o Poder Executivo escolhia apenas o diretor-presidente e o diretor-geral), o governo também publicou a exoneração de Ricardo Melo e nomeou Laerte Rímoli novamente para o cargo. No mesmo dia, porém, voltou atrás, anulando o ato em edição extra do Diário Oficial da União. À imprensa, a Casa Civil justificou a publicação dos decretos como “um erro”.

“Mais uma vez dormi presidente, acordei exonerado e às quatro da tarde voltei a ser presidente. Acho que sou o presidente mais exonerado e empossado na história de uma empresa estatal no Brasil”, brincou Melo. Durante 40 minutos, o jornalista falou sobre a situação da EBC, demonstrou que a estatal não tem déficit orçamentário, afirmou que irá lutar até as últimas forças para que o Conselho Curador seja restabelecido e que sem o apoio da sociedade a comunicação pública acaba.

– Como você interpreta os últimos acontecimentos?

– Esse governo, que agora é definitivo até que seja derrubado, tem que lidar com uma situação jurídica

muito complexa. A lei da EBC foi aprovada pelo Congresso Nacional e é um ato jurídico perfeito, não pode ser simplesmente anulada, não pode ser rasgada, a não ser que se crie no Brasil uma situação de ato institucional. Tudo que for feito em relação à EBC só pode valer daqui pra frente, inclusive medida provisória. Em função disso, o ministro Dias Toffoli entendeu, no início de junho, que o interventor [Laerte Rímoli] nomeado pelo governo não poderia assumir a presidência da empresa. Por isso, acatou o pedido de liminar e foi reconduzido ao cargo. Agora, o governo incorreu no mesmo erro jurídico. Não sei o que acontece dentro da Advocacia Geral da União (AGU)... Eu acho que é confusão generalizada de um governo que foi empossado da maneira como ele foi empossado, e sobre o qual não quero fazer juízo de valor.

– Quais os impactos da primeira intervenção do governo ainda interino na empresa?

– No período sob intervenção houve uma mudança drástica na programação. Todos os programas da chamada faixa de reflexão, como chamamos os programas de debates e entrevistas, foram afetados. Entrevistadores como Luis Nassiff, Paulo Moreira Leite, Tereza Cruvinel e Paulo Markum tiveram seus contratos suspensos. A grade de programação foi reduzida a pó em termos de relevância, em termos de importância e de visibilidade. Estamos tentando reconstituir essa faixa, embora limitados pela suspensão daqueles jornalistas mais renomados. Estamos ampliando a faixa esportiva. Continuamos dando todo o peso que merece a programação infantil – somos a maior retransmissora de programação infantil da TV aberta. Continuamos a prestigiar a transmissão de filmes nacionais – também somos a maior transmissora de filmes nacionais da TV aberta, e estamos tentando trabalhar com essa grade apesar de uma série de limitações desde que a presidente Dilma Rousseff foi afastada, embora antes também não fosse muito melhor, justiça seja feita.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Nossa cobertura do impeachment foi muito frágil. Se você comparar a cobertura de agora com a época cobertura da votação do impeachment pela Câmara dos Deputados vai ver que foi fragilíssima. Mas não posso me meter na diretoria de jornalismo. Você tem que deixar as pessoas trabalharem com certa autonomia. O fato de a diretoria ter sido nomeada por uma gestão e a presidência por outra não significa [que haja] falta de civilidade no relacionamento. Me dou muito bem com todos os diretores indicados pelo interventor. Trabalhei na iniciativa privada, onde você encontra pessoas de vários pensamentos. Não tenho dificuldade de trabalhar com gente que pensa diferente. Aqui não tem gueto nem cabide de emprego. Noventa e cinco por cento dos nossos funcionários são concursados. Há oito anos 54% eram concursados. Não tem maioria petista, PSolista, esquerdista... Então essa conversa de aparelhamento não tem sentido. Quem quer aparelhar isso aqui, paradoxalmente, é esse governo, que quer concentrar tudo nas mãos do Executivo extinguindo o Conselho Curador. Isso é aparelhamento. Isso precisa ficar muito claro. As pessoas não veem isso, não ouvem, não conhecem. Se a sociedade não comprar essa bandeira não adianta. Por melhores que sejam nossos funcionários, se a gente não ganhar o apoio da sociedade civil a TV pública acaba. Porque chega uma hora que as chicanas jurídicas que podem ser feitas por parte daqueles que querem fechar a EBC e acabar com a comunicação pública vão se sobrepor. Então precisamos do apoio de todos vocês.

– E em termos financeiros?

– O dinheiro para a EBC sempre foi meio curto. Acho que existe um problema de visão da comunicação pública que não é apenas desse governo que acaba de assumir, é também do governo anterior. Eles não vêem a comunicação pública como prioridade, como um princípio Constitucional. O Art. 223 da Constituição Federal prevê a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal de comunicação, e a EBC está aqui para cumprir com a comunicação pública. Do meu ponto de vista, desde que assumi a diretoria de jornalismo e depois a presidência, percebo que a EBC nunca foi tratada pelos governos em geral com a importância que ela deve ter.

Hoje, vivemos uma situação kafkiana. A lei que cria

a EBC também cria uma contribuição para a radiodifusão pública [Art. 32 da Lei 11.652/08], mas que foi objeto de recurso judicial. Os recursos gerados a partir desse dispositivo superam a quantia de dois bilhões de Reais, depositados em juízo. Fora isso existem R\$ 834 milhões que foram recolhidos por operadoras que desistiram de entrar com recurso, por exemplo a Tim, mas é um dinheiro que por vários tipos de manobras não têm sido liberados para a EBC. E hoje fala-se que temos déficit. É como se o cliente de um banco tivesse uma conta corrente com déficit de três mil reais mas contasse com cem mil reais na poupança, e mesmo assim fosse proibido de acessar essa poupança. Temos um déficit nominal de R\$ 30 milhões, um superávit de dois bilhões em depósitos judiciais e R\$ 834 milhões retidos indevidamente pelo Tesouro para fazer o tal do superávit primário. A situação da EBC é delicada desse ponto de vista financeiro, por isso temos feito audiências em vários órgãos e procurado todo tipo de mídia para divulgar essa situação, sendo que a mídia tradicional nos dá o espaço que vocês sabem qual é. Ou seja, a EBC não é deficitária, a comunicação pública tem dinheiro, só que ele está retido. Quero que vocês inclusive nos ajudem como disseminadores e formadores de opinião a divulgar essa história.

– Como está a questão judicial sobre os recursos relativos à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública?

– Ganhamos em primeira instância quanto ao mérito e quanto à legalidade da contribuição. Mas as operadoras podem recorrer até o Supremo, e isso pode demorar dois anos ou 20 anos. Tudo depende da pressão que se faz. O desembargador que julgará o processo nos recebeu, foi extremamente solícito, extremamente interessado na nossa causa, mas falou que teria três mil processos para julgar.

– E esses R\$ 834 milhões?

– Esses R\$ 834 milhões podem ser liberados agora, neste momento. Isso depende unicamente da caneta do governo, mas isso não foi feito nem pelo governo anterior e nem pelo governo atual.

Leia mais em:

<http://www.institutotelecom.com.br/sem-conselho-curador-nao-ha-comunicacao-publica-diz-ricardo-melo/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

05/09/2016 - Instituto Telecom

Ação de aposentados contra a Oi é para a Justiça trabalhista, diz STJ

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou a Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro competente para o julgamento de ação de complementação de aposentadoria contra a Telemar Norte S/A, controladora da Oi. A decisão, unânime, encerrou o conflito de competência entre a Justiça especializada e a comum.

A ação de um grupo de aposentados foi proposta contra a Telemar Norte, empresa apontada como sucessora dos passivos trabalhistas da Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (Telerj) e da Companhia Telefônica Brasileira (CBT), antigas concessionárias desses serviços públicos.

No processo de reclamação, os ex-empregados alegaram que, em 1971, fora celebrado contrato de complementação de aposentadoria entre a CBT e os empregados aposentáveis. Eles afirmaram que a Telerj, sucessora da companhia, continuou a firmar acordos para complementação de aposentadoria com os trabalhadores que passavam sistematicamente à inatividade.

Relação jurídica

Citando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário 586.453, o juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) entendeu que competia à Justiça comum a apreciação de casos que envolvessem a complementação de aposentadoria, mesmo que a relação jurídica tivesse origem em relação empregatícia.

Após a remessa dos autos à Justiça comum, o pedido dos aposentados foi julgado improcedente

em primeira instância.

Todavia, ao analisar o processo em grau de recurso, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) suscitaram o conflito de competência por entender que a natureza trabalhista do caso era incontroversa.

O tribunal fluminense também considerou que o recurso do STF utilizado como referência tinha uma entidade de previdência privada como ré, diferentemente da empregadora participante do processo em questão.

Dessa forma, o TJRJ suscitou o conflito de competência e declarou prejudicado o julgamento da apelação.

Competência

O relator do conflito no STJ, ministro Raul Araújo, ressaltou que a decisão do STF no RE 586.453 é aplicável a ações em que o pedido tenha relação direta entre o segurado ou o beneficiário e a entidade de previdência complementar, casos em que a competência é da Justiça comum.

No caso analisado, contudo, o relator observou que o objetivo dos autores é complementação de aposentadoria a ser paga diretamente pela ex-empregadora, não havendo pedido contra entidade de previdência privada.

“Nesse contexto, as autoras pleiteiam, em última análise, o próprio cumprimento das regras estabelecidas na relação de trabalho firmada com sua ex-empregadora”, concluiu o ministro

Telesintese, 5 de setembro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

05/09/2016 - Instituto Telecom

Base de telefonia fixa volta a cair em junho

Após leve aumento em maio, a base brasileira de telefonia fixa voltou a cair em junho, de acordo com dados da Anatel. Na soma de autorização e concessão do serviço de telefone fixo comutado (STFC), a base brasileira de telefonia fixa totalizou 42,731 milhões de acessos em junho, queda de 0,26%.

No total, a base brasileira de concessionárias encolheu 0,28% (72,4 mil desligamentos), finalizando o sexto mês do ano com 25,358 milhões de acessos. No comparativo anual, a queda já é de 4,08%.

As responsáveis por isso foram as duas maiores bases. A líder Oi, com 14,555 milhões de acessos, caiu 0,18% no mês e já acumula recuo de 6,78% no ano. A segunda maior operadora é a Vivo, com 9,899 milhões de linhas fixas. Mas essa foi a empresa que mais perdeu no mês: 46,7 mil acessos (0,47% de recuo). A quantidade de desconexões mensais é maior até do que no comparativo em relação a junho de 2015: 27,4 mil (0,28%). A Algar ficou praticamente estável no mês, com 729,9 mil linhas. Já a Sercomtel somou 172,1 mil acessos (aumento de 0,39%).

Autorizadas

A agência havia publicado o último balanço errado dos dados segregados das autorizadas em maio. Conforme previu este noticiário, essa base somou 17,410 milhões de acessos naquele mês, caindo 0,21% em junho e totalizando 17,373 milhões. Mas a Anatel também disponibilizou os acessos das autorizadas em julho. Assim, com 17,339 milhões de linhas, a base total das autorizadas voltou a cair no comparativo mensal: 0,19% (33,8 mil desconexões) entre junho e julho. O recuo é de 4,50% comparando com julho de 2015.

A Vivo, segunda maior autorizada com 4,746 milhões de linhas (incluindo as adquiridas com a fusão com a GVT), foi responsável pela quase totalidade das desconexões no mês: 31,5 mil (queda de 0,66% em relação a junho), acumulando perdas de 11,41% nos 12 meses. A América Móvil (0,02% de queda) e o grupo de outras empresas (0,99%) foram as demais responsáveis pela retração no mercado. Ainda assim, a AMX continua responsável por mais de 65% da base total brasileira, com 11,297 milhões de acessos.

6 de setembro de 2016 - 11h07

Ao Le Monde, Dilma denuncia “guerra política, suja e hipócrita”

Em entrevista à jornalista Claire Gattineau, enviada especial do jornal francês Le Monde ao Palácio da Alvorada, em Brasília, após o processo de impeachment, a presidente eleita e afastada Dilma Rousseff denuncia o que chama de “uma guerra política, suja e hipócrita” o que acontece no Brasil.

O jornal francês refere-se a Dilma como “ex-guerrilheira” e às acusações contra ela de “manipulações contábeis usadas oficialmente para causar a sua queda”. “Este processo de impeachment é uma fraude. Uma ruptura democrática, que cria um clima de insegurança nas instituições políticas que afetam toda a América Latina”, denuncia.

Para Dilma, “não há outra motivação” por trás de seu afastamento: “Interromper a Operação Lava Jato para parar todas as investigações relacionadas com a corrupção, a lavagem de dinheiro, a existência de caixa dois [para o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais]”.

“Eu entendo que os eleitores estavam desapontados com todos os partidos políticos”, disse a presidente afastada. Para ela, sem leis adotadas desde a ascensão do PT ao poder, em 2003, que permitiu a independência dos órgãos de investigação, “a polícia nunca conseguiu passar por cima do sistema [de corrupção] na Petrobras”.

“Nada disso justifica que os golpistas destituam um governo para impedir a hemorragia política ligada às investigações”, afirma Dilma. “O outro interesse é de implantar uma agenda neoliberal, que não fazia parte do nosso programa. Esse processo de impeachment é uma fraude, uma ruptura democrática que cria um clima de insegurança no seio das instituições políticas e afeta toda a América Latina”, acrescenta.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/286218-1>